

**REFLEXÕES ACERCA DA DIGITALIZAÇÃO DE ARQUIVOS DA
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**

Bruno Grigoletti Laitano

Licenciado e mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFRGS)

bruno.grigoletti.laitano@gmail.com

Resumo

O presente trabalho versa sobre a digitalização de arquivos da ditadura civil-militar brasileira. A partir de dois casos exemplares (o portal *Memórias da Ditadura* e o projeto *BNM Digit@l* - ou, *Brasil: Nunca Mais Digit@l*), exploramos algumas problemáticas em torno dos arquivos digitais e da divulgação histórica na internet, pensando os seus desdobramentos em relação ao *métier* do historiador e da historiadora. Percorremos noções como a de *escassez* e *abundância*, propostas por Roy Rozenweig, os impasses acerca da vitalidade dos documentos digitais, e a importância da reflexão teórica a respeito das novas mídias. Ainda propõe-se pensar os casos citados a partir das observações da História Pública, conceito que dá nome ao Simpósio Temático. O *Memórias da Ditadura* e o *Brasil: Nunca Mais Digit@l* são realizações comprometidas com a divulgação de conhecimentos e a democratização das discussões que os orbitam. Problematicar as potências de acervos digitais para pesquisas sobre a história da ditadura, as suas limitações, as maneiras como os historiadores relacionam-se com a digitalização de arquivos e como ela impacta a sua atividade profissional são alguns dos objetivos deste artigo.

Palavras-chave: Arquivos digitais; ditadura civil-militar brasileira; internet.

Introdução

No ano de 1994, um historiador norte-americano vinculado ao Departamento de História e História da Arte da Universidade George Mason, no estado da Virgínia, deu os primeiros passos na direção da fundação do *Center for History and New Media* (CHNM), um dos principais núcleos de estudo sobre a relação entre a história e o espaço digital. Roy Rosenzweig, insatisfeito com a *forma* da produção histórica, acreditava que as novas tecnologias, em especial os computadores pessoais, carregavam

consigo a possibilidade de questionar os fundamentos tradicionais da disciplina. Em obra póstuma organizada por colaboradores de seus projetos, Rosenzweig (2011, p. 7) alerta para o fato de que a internet deslocou os historiadores de uma realidade de fontes *escassas* e de preocupações com o baixo alcance de seus trabalhos para um contexto de *abundância* em que a ampla *divulgação* de pesquisas acadêmicas exige pouco ou nenhum custo financeiro - bastando, no limite, um dispositivo com acesso à rede mundial de computadores.

O acesso aos arquivos da ditadura civil-militar brasileira é marcado por idas e vindas institucionais. As disputas em torno dos prazos de sigilo estabelecidos para os documentos reservados, confidenciais, secretos e ultrassecretos, a problemática publicização de informações acerca da vida privada e a resistência por parte das Forças Armadas em liberar seus arquivos são alguns dos temas que orbitam as controvérsias e os trâmites relativos à disponibilização de documentos que possam vir a ser incorporados por pesquisas acadêmicas e demais reflexões sobre a ditadura civil-militar no Brasil (JOFFILY, 2012, p. 134-139). Destaca-se, no ano de 2005, o deslocamento dos acervos do Serviço Nacional de Informações (SNI), da Comissão Geral de Investigações (CGI) e do Conselho de Segurança Nacional (CSN) para o Arquivo Nacional, que, naquele momento, passou a incorporar mais de onze milhões de páginas de arquivos referentes à ditadura (FIGUEIREDO, 2015, p. 132; JOFFILY, 2012, p. 137). Ainda assim, manteve-se uma série de percalços quanto ao acesso à informação no país.

Nesse seguimento, as historiadoras Georgete Medleg Rodrigues e Mônica Tenaglia (2018) exploram em detalhes os relatórios finais produzidos pelas diversas comissões instaladas em parceria com a Comissão Nacional da Verdade, que atuou na investigação de violações aos direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988. O objetivo das autoras é compreender os desafios desses órgãos em seus trabalhos de pesquisa com acervos documentais relativos à ditadura civil-militar brasileira. Rodrigues e Tenaglia (2018, p. 290) demonstram que os processos de investigação foram prejudicados pelos impasses em torno do acesso aos arquivos, especialmente por conta de uma “ausência de gestão documental” e da carência de “um local adequado para a guarda dos documentos arquivísticos e sua disponibilização”. Nesse sentido, a

digitalização dos acervos de antigos órgãos de repressão ligados à ditadura - como o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), atualmente em posse das Forças Armadas - aparece nos relatórios como uma via eficaz de ampliação do acesso à documentação e de fomento a pesquisas voltadas para o estudo da ditadura civil-militar (RODRIGUES; TENAGLIA, 2018, p. 286-294).

Resgatando as proposições de Rozenzweig, o contato com documentos do período em questão no Brasil é condicionado por uma realidade de *escassez*. Seja por conta das pressões institucionais desfavoráveis ao andamento de pesquisas sobre a ditadura, seja devido às deficiências das políticas de preservação no país, fato é que os empenhos analíticos referentes aos anos da repressão enfrentam contratempos desanimadores. Há de se ressaltar, no entanto, que a dita carência foi bastante tensionada nos últimos anos, tendo avançado-se positivamente na direção da disponibilidade de fontes sobre a ditadura, em especial a partir da proliferação de trabalhos acadêmicos que se debruçam sobre o tema. Todavia, como aponta Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 20), ainda há uma série de acervos a serem explorados. Nesse seguimento, as citadas sugestões presentes nos relatórios das comissões da verdade buscam respostas possíveis para o problema nas iniciativas digitais, justamente à maneira do referido historiador norte-americano.



Fragmento da página inicial do portal *Memórias da Ditadura*. Disponível em:

<<https://bit.ly/1vs9zZt>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

Lançado em 2014, momento em que vários setores da sociedade brasileira organizaram-se em torno de atividades de rememoração da ditadura civil-militar instaurada cinquenta anos antes (KIELING, 2015, p. 2), o *Memórias da Ditadura* é um empreendimento conjunto do Instituto Vladimir Herzog, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Na página inicial de seu endereço eletrônico, é apresentado como “o maior acervo online sobre a história da ditadura no Brasil”¹. Especificamente no espaço dedicado às informações básicas acerca do portal, seus objetivos são definidos a partir das necessidades de *divulgar* e *comunicar* conhecimentos sobre a ditadura para o *grande público*, bem como de *compilar* referências relativas ao período². Em dezembro de 2016, aproximadamente dois anos após o término das atividades da Comissão Nacional da Verdade, o *Memórias da Ditadura* foi reformulado e passou a incorporar os dados produzidos pelo órgão ao longo de suas investigações.

Na cerimônia de lançamento do portal, a psicóloga Ana Rosa Abreu, diretora do Vlado Educação - núcleo vinculado ao Instituto Vladimir Herzog -, destacou uma de suas principais intenções: “a ideia é que os alunos não só possam navegar, conhecer

¹ O site do *Memórias da Ditadura* está disponível em: <<https://bit.ly/1vs9zZt>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

² As informações estão à disposição na categoria “Sobre o projeto”, disponível em: <<https://bit.ly/2FUzUcO>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

esse período, mas que eles também possam produzir coisas, para que eles tenham uma relação [de pesquisadores] com esse portal”³. Outras falas, como a da então Ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos Ideli Salvatti, ressaltaram o potencial do portal no que tange à *divulgação* de informações acerca da ditadura e o *acesso* por parte daqueles que buscam conhecer o período. Nesse sentido, o *site* disponibiliza o espaço “Apoio ao educador”, dedicado a discussões sobre o ensino de história e ao uso do *Memórias da Ditadura* em salas de aula, bem como ao compartilhamento de propostas didáticas e pedagógicas referentes ao tema⁴. Trata-se, portanto, de um caso exemplar do processo diagnosticado por Rosenzweig, na medida em que nasce com o objetivo de divulgar informações sobre os chamados “anos de chumbo”.



Fragmento da página inicial do *site* do projeto *Brasil: Nunca Mais Digit@l*. Disponível em: <<https://bit.ly/2rjBITT>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

Já o projeto *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, como os próprios administradores do seu *site* definem, “traz para a era virtual o acervo do Brasil: Nunca Mais, antes recluso aos arquivos em papel e em microfilme, disponíveis apenas para os pesquisadores com possibilidade de ir à Universidade de Campinas, Brasília ou ao exterior”⁵. É uma iniciativa de divulgação dos documentos consultados pelos idealizadores do famoso livro *Brasil: Nunca Mais*, publicado pela Editora Vozes em 1985. Sob a coordenação de Jaime Wright e Dom Paulo Evaristo Arns, milhares de processos judiciais referentes ao que o Estado entendia por crimes políticos foram preservados em um “relato para a História”, frase que acompanha o título da obra em sua memorável capa. Foi a forma que encontraram de sintetizar os doze tomos da pesquisa original em um objeto que

³ As gravações da inauguração, ocorrida no dia 5 de dezembro de 2014, estão disponíveis no canal do *YouTube* da TV Nacional do Brasil: <<https://bit.ly/2FVGwrn>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

⁴ A seção está disponível em: <<https://bit.ly/2I4Hxkk>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

⁵ O *site* está disponível em: <<https://bit.ly/2rjBITT>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

comunicasse de maneira mais acessível a mensagem que estava entalada na garganta de muitos brasileiros: a ditadura, as torturas e a repressão não poderiam ser relegadas ao esquecimento ou ao silêncio (BAUER, 2017, p. 8). De acordo com Caroline Silveira Bauer (2017, p. 3. Grifos originais),

duas semanas após o lançamento, era a obra de não-ficção mais vendida de acordo com o ranking do *Jornal do Brasil*, e assim permaneceu por aproximadamente 91 semanas. Até o final de 1985, havia vendido 100 mil exemplares em nove edições.

Talvez não seja possível mensurar a totalidade de leitores desse livro entre a sua primeira aparição nas livrarias e o presente momento, mas podemos comparar os números citados pela autora com os dados indicados no endereço eletrônico do projeto. Se, no caso da publicação, 100 mil cópias da obra haviam sido vendidas ao final de seu primeiro ano de vida, no que tange ao *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, mais de 4 milhões de documentos foram acessados desde agosto de 2013, data de seu lançamento. Ambas as versões de uma mensagem de resistência, cada qual em seus contextos e nas plataformas devidas, foram verdadeiramente potentes em sua propagação.

Retornando ao pensamento de Roy Rosenzweig, é possível notar o avanço das iniciativas voltadas ao universo digital no que se refere ao estudo da ditadura civil-militar. O portal *Memórias da Ditadura* e o projeto *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, realizações comprometidas com a *divulgação* de conhecimentos e a democratização das discussões que os orbitam, caminham nesse sentido. É um fenômeno que pode ser analisado teoricamente, pontuando interrogações aos seus limites e possibilidades. Quais as potências de acervos digitais para pesquisas sobre a história da ditadura? Quais são as suas limitações? De que maneiras os historiadores relacionam-se com a digitalização de documentos e como ela impacta sua atividade profissional?

Balanço

teórico-metodológico

No dia 15 de maio de 2016, apenas três dias após a deliberação final do Senado Federal sobre o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), momento em que uma série de debates em torno do regime democrático - e mesmo em torno da ditadura civil-militar e de seu legado - foram levantados, o *site Memórias da Ditadura* saiu do ar. O fato gerou uma intensa comoção nas redes sociais, tendo despertado suspeitas sobre o suposto desejo do governo pós-

impeachment de apagar os registros referentes à ditadura reunidos no acervo. Diversas denúncias foram publicadas no *Facebook* e no *Twitter*, redes sociais de grande circulação de informações⁶. A grande preocupação era a *vulnerabilidade* dos arquivos digitais, decididamente alimentada pelo contexto de acaloradas discussões político-partidárias. Em nota oficial, o Instituto Vladimir Herzog esclareceu o caso: seus servidores haviam sobrecarregado devido ao elevado número de acessos ao portal (MONTEAGUDO, 2016). Era, portanto, tão-somente um problema técnico.

O episódio permite a problematização da *estabilidade* dos documentos digitais. Arelado à uma conjuntura de motivações institucionais antidemocráticas, o temor da perda do “maior acervo online sobre a história da ditadura no Brasil” impôs certas dúvidas sobre o processo de digitalização. Como garantir a existência e o acesso permanente aos acervos em rede? Há qualquer certificação sobre a sua constância ou estão sujeitos às interpéries de um universo *não-físico, não-material* e, portanto, expostos ao sumiço? O historiador Pedro Telles da Silveira (2016, p. 273. Grifo original) aponta para o fato de que

ainda que a instabilidade do documento histórico na internet seja reconhecida, não deixa de estar pressuposta a necessidade de que a fonte histórica possua outra característica para se tornar analisável – nomeadamente, que uma fonte histórica tem de ser *estável*.

Em outras palavras, o autor problematiza a pretensa infalibilidade de documentos físicos - ou seja, *não-digitais* -, tendo em vista o *status* que lhes foram atribuídos pela historiografia. Os receios acerca da perda ou da manipulação indevida, pois, não são inéditos em meio ao relacionamento dos historiadores com as suas fontes. Nesse sentido, à maneira de Toni Weller (2013, p. 4), as suspeitas em torno dos documentos digitais ou digitalizados tornam-se prejudiciais para o desenvolvimento de teses e epistemologias em torno do universo digital - tarefa incontornável para compreendê-lo e explorar os seus mecanismos de produção histórica. De acordo com Silveira (2016, p. 272. Grifos meus), “as fontes digitais trazem a necessidade de *repensar concepções a respeito das fontes históricas* e, por extensão, *procedimentos* associados ao seu uso”. Há sentido em recusar um novo mundo que se abre diante de nós em razão de um apego

⁶ O endereço virtual *Boatos.org*, responsável pela reunião de uma série de rumores que são propagados através da internet, reuniu algumas dessas manifestações: <<https://bit.ly/2D5PnWN>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

conservador ao método e à tradição disciplinares?

Perguntas como essa (bem como aquelas que finalizaram a introdução deste texto) permeiam um plano de trabalho ainda incerto. O presente artigo trata-se, afinal, de uma compilação de questões iniciais de um projeto de mestrado recém-nascido, cuja conclusão é esperada para o final do ano de 2020. Tanto no caso do portal *Memórias da Ditadura*, quanto no caso do *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, pretende-se contatar os idealizadores das iniciativas e os seus desenvolvedores, a fim de obter uma compreensão geral sobre as suas expectativas, além de dados acerca do acesso aos endereços eletrônicos e os materiais disponíveis. É um primeiro passo já em andamento, e esperamos que o contato esclareça uma série de dúvidas em relação ao impacto dos empreendimentos em questão sobre pesquisas em torno da ditadura civil-militar brasileira.

Além disso, tendo em vista o caráter de *divulgação* dessas iniciativas, propõe-se trabalhar com as discussões sobre a chamada “História Pública”, conceito que caracteriza o Simpósio Temático escolhido no momento da inscrição, a fim de refletir sobre a produção histórica em espaços públicos (entendendo a internet como um espaço público), bem como acerca da fragmentação da autoridade dos historiadores em meio à rede mundial de computadores (CARVALHO, 2018). A sintonia de nossa pesquisa com este campo em emergência no Brasil deve-se a análises como a do historiador espanhol Anaclét Pons (2011, p. 43. Grifo meu), para quem “digitalizar é [...] *romper* de algum modo com esse monopólio [dos próprios historiadores sobre a história], ‘abrindo’ a disciplina para outros interessados”. Ou seja, ainda que produzam história, o *Memórias da Ditadura* e o *Brasil: Nunca Mais Digit@l* não são canais de historiadores para historiadores, mas veículos mais amplos com propósitos mais abrangentes - uma característica que alimenta as interrogações que rondam nossas expectativas de pesquisa.

Considerando as problemáticas expostas acima, os principais objetivos desta pesquisa são: a) contribuir para a elaboração de problemas históricos referentes ao espaço digital; b) compreender as potencialidades e os limites de acervos digitais para as pesquisas voltadas à história da ditadura; c) fortalecer a concepção do historiador enquanto um profissional público, sintonizado com o desenvolvimento de questões que

toquem o campo das humanidades desde espaços não-acadêmicos; e, finalmente, d) à maneira do historiador italiano Serge Noiret (2015, p. 33), que propõe uma forma de complexificar os debates relativos ao uso das “novas” mídias por parte da comunidade de historiadores, caminhar no sentido do “desenvolvimento de uma relação estreita com as tecnologias suscetíveis em modificar os próprios parâmetros da pesquisa”. Esperamos que um espaço altamente construtivo como o Simpósio Nacional de História, organizado pela Associação Nacional de História (ANPUH), nos auxilie na elaboração de novos questionamentos acerca desta pesquisa, bem como na projeção de críticas aos nossos próprios passos.

Referências

Bibliográficas

BAUER, Caroline Silveira. “Escreve isto para a memória num livro”: o projeto Brasil: Nunca Mais, cultura histórica e transmissão da experiência (1978-1988). In: Seminário Internacional História do Tempo Presente, 3., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2017. p. 1-11. Disponível em: <<https://bit.ly/2YZqYeG>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTIAGO, Ricardo. **Que história pública queremos?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu *login*: os historiadores, os computadores e as redes sociais *online*. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 165-188, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2v0rN9H>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

_____. “Onde fica a autoridade do historiador no universo digital?”. In: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTIAGO, Ricardo. **Que história pública queremos?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 167-174.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de

Janeiro, v. 25, n. 49, p. 129-148, jan.-jun. 2012. Disponível em:
<<https://bit.ly/2FXEM0G>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

KIELING, Camila Garcia. Portal *Memórias da Ditadura*: uma subversão cartográfica sobre a memória da ditadura militar no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016. p. 1-15. Disponível em:
<<https://bit.ly/2uQKs7F>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

MONTEAGUDO, Clarissa. Portal Memórias da Ditadura ficou fora do ar por causa de ataques ao servidor, diz Instituto Vladimir Herzog. **Extra**, Rio de Janeiro, 13 mai. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2OSu2VB>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Universidades e a ditadura. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 20, out./dez. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2KebjoE>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2uSrxce>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

PONS, Anaclét. “Guardar como”. La historia y las fuentes digitales. **Historia Crítica**, Bogotá, n. 43, p. 38-61, jan.-abr. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2UmKKCo>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

RODRIGUES, Georgete Medleg; TENAGLIA, Mônica. As recomendações das comissões da verdade no Brasil sobre os arquivos da ditadura militar (1964- 1985): uma análise dos relatórios finais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 280-299, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2WVBMZL>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

ROSENZWEIG, Roy. **Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.

SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. **Antíteses**,

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Londrina, v. 9, n. 17, p. 270-296, jan./jun. 2016. Disponível em:
<<https://bit.ly/2WVBJx3>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

WELLER, Toni. **History in the Digital Age**. Londres: Routledge, 2013.